



AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SOCIOAMBIENTAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL NO SUL DE MINAS GERAIS, BRASIL

Ronildo Francisco Agapito de Souza
Instituto Federal do Amazonas, IFAM, Brasil
ronildo.souza@ifam.edu.br

Neli Teresinha Galarce Machado
Universidade do Vale do Taquari, UNIVATES, Brasil
ngalarce@univates.br

RESUMO

O presente artigo investiga a relação entre patrimônio e ambiente no município de Andrelândia, situado no Sul de Minas Gerais, Brasil, com ênfase particular em seus sítios arqueológicos, destacando-se o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio. O propósito delineado consiste em evidenciar a conexão intrínseca entre teoria e prática, ao integrar os temas de conservação e sustentabilidade como instrumentos para aprofundar a compreensão das heranças e valores inerentes ao patrimônio natural e material, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este estudo adota uma abordagem de revisão integrativa, com o intuito de sintetizar o conhecimento existente e incorporar a aplicabilidade dos resultados de estudos significativos na prática. Por meio de um rigoroso levantamento bibliográfico e da análise crítica dos estudos incluídos, verifica-se que os pensamentos de Enrique Leff, Edgar Morin e Paulo Freire constituem, de fato, norteadores fundamentais para a relação intrínseca entre educação patrimonial e ambiental.

Palavras-chave: Educação. Patrimônio Cultural e Ambiental. Sítios Arqueológicos. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

ENTORNOS DE APRENDIZAJE SOCIOAMBIENTAL: PATRIMONIO Y EDUCACIÓN AMBIENTAL EN EL SUR DE MINAS GERAIS, BRASIL

RESUMEN

Este artículo investiga la relación entre patrimonio y medio ambiente en el municipio de Andrelândia, ubicado en el sur de Minas Gerais, Brasil, con particular énfasis en sus sitios arqueológicos, destacando el Parque Arqueológico Serra de Santo Antônio. El propósito trazado es resaltar la conexión intrínseca entre teoría y práctica, integrando los temas de conservación y sostenibilidad como instrumentos para profundizar la comprensión de los legados y valores inherentes al patrimonio natural y material, en línea con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Este estudio adopta un enfoque de revisión integradora, con el objetivo de sintetizar el conocimiento existente e incorporar la aplicabilidad de los resultados de estudios importantes en la práctica. A través de un riguroso recorrido bibliográfico y un análisis crítico de los estudios incluidos, se desprende que los pensamientos de Enrique Leff, Edgar Morin y Paulo Freire constituyen, de hecho, guías fundamentales para la relación intrínseca entre patrimonio y educación ambiental.

Palabras clave: Educación. Patrimonio Cultural y Ambiental. Sitios Arqueológicos. Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).



SOCIO-ENVIRONMENTAL LEARNING ENVIRONMENTS: HERITAGE AND ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS, BRAZIL

ABSTRACT

This article investigates the relationship between heritage and environment in the municipality of Andrelândia, located in the south of Minas Gerais, Brazil, with particular emphasis on its archaeological sites, highlighting the Serra de Santo Antônio Archaeological Park. The outlined purpose is to highlight the intrinsic connection between theory and practice, by integrating the themes of conservation and sustainability as instruments to deepen the understanding of the legacies and values inherent to natural and material heritage, in line with the Sustainable Development Goals (SDGs). This study adopts an integrative review approach, with the aim of synthesizing existing knowledge and incorporating the applicability of results from significant studies in practice. Through a rigorous bibliographic survey and critical analysis of the studies included, it appears that the thoughts of Enrique Leff, Edgar Morin and Paulo Freire constitute, in fact, fundamental guides for the intrinsic relationship between heritage and environmental education.

Keywords: Education. Cultural and Environmental Heritage. Archaeological Sites. Sustainable Development Goals (SDGs).

ENVIRONNEMENTS D'APPRENTISSAGE SOCIO-ENVIRONNEMENTAUX : PATRIMOINE ET ÉDUCATION À L'ENVIRONNEMENT DANS LE SUD DU MINAS GERAIS, BRÉSIL

RÉSUMÉ

Cet article étudie la relation entre patrimoine et environnement dans la municipalité d'Andrelândia, située au sud du Minas Gerais, au Brésil, avec un accent particulier sur ses sites archéologiques, en mettant en évidence le parc archéologique de la Serra de Santo Antônio. L'objectif présenté est de mettre en évidence le lien intrinsèque entre théorie et pratique, en intégrant les thèmes de la conservation et de la durabilité comme instruments pour approfondir la compréhension des héritages et des valeurs inhérents au patrimoine naturel et matériel, conformément aux objectifs de développement durable (ODD). Cette étude adopte une approche d'examen intégrative, dans le but de synthétiser les connaissances existantes et d'intégrer l'applicabilité des résultats d'études significatives dans la pratique. À travers une étude bibliographique rigoureuse et une analyse critique des études incluses, il apparaît que les pensées d'Enrique Leff, Edgar Morin et Paulo Freire constituent, en fait, des guides fondamentaux pour la relation intrinsèque entre patrimoine et éducation environnementale.

Mots-clés: Éducation. Patrimoine culturel et environnemental. Sites archéologiques. Objectifs de développement durable (ODD).

INTRODUÇÃO

Neste vasto tecido que é a tessitura do conhecimento humano, os sítios arqueológicos, enquanto portadores de vestígios do passado e testemunhos da história, transcendem sua mera condição de locais de pesquisa científica. Esses espaços singulares se metamorfoseiam em elos



indissolúveis entre o patrimônio cultural e o ambiente que os abraça. Tal convergência faz da arqueologia não apenas objeto de estudo acadêmico, mas também protagonista em programas educacionais voltados tanto para a preservação do legado patrimonial quanto para a conscientização ambiental (Zanirato; Ribeiro, 2006).

É nesse horizonte de interseção entre memória e natureza que a Educação Patrimonial (EP) desvela sua pertinência, valendo-se de espaços e suportes carregados de significado histórico, como museus, arquivos, bibliotecas e, especialmente, sítios e vestígios arqueológicos. Sob a égide da EP, o propósito fundamental é sensibilizar e conscientizar estudantes e cidadãos acerca da imperiosa necessidade de preservar esses preciosos testemunhos culturais (Pacheco; Vargas, 2009). Desponta, assim, a fascinante possibilidade de explorar tais ambientes como palcos para ações educativas, propiciando vivências ímpares que transcendem as fronteiras do conhecimento convencional.

Nesse compasso, a presente pesquisa emerge como um farol na vastidão do conhecimento, almejando desbravar, de maneira transdisciplinar, um dos mais emblemáticos tesouros do patrimônio natural do município de Andrelândia, em Minas Gerais: a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) – Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio. Este artigo, assim, lança suas âncoras na história do referido parque, explorando as potencialidades sinérgicas da Educação Ambiental (EA) e da Educação Patrimonial (EP). A abordagem será descritiva, com foco primordial no processo de instalação do parque e nas diretrizes teóricas que norteiam a EA e a EP, tendo o parque como epicentro dessas ações educativas.

Os trabalhos arqueológicos empreendidos nesse contexto visam não apenas à disseminação de conhecimento cultural, mas também à edificação de uma consciência socioambiental robusta. Conforme salientado por Machado *et al.* (2019), as interpretações dos elementos arqueológicos, à luz das experiências tangíveis do contexto regional, instigam reflexões profundas acerca da interação entre o homem e seu entorno natural, bem como sobre os processos históricos que moldaram a paisagem. A despeito dos desafios que possam se erigir no horizonte, acredita-se firmemente que este processo possa germinar um embrião de politização da questão, direcionando esforços rumo ao desenvolvimento local sustentável, conforme preconizado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



EXPLORANDO RAÍZES: A HISTÓRIA DO NPA E SUA INTEGRAÇÃO COM O PARQUE ARQUEOLÓGICO DA SERRA DO SANTO ANTÔNIO

As ações voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil, em grande parte, são conduzidas pelo Estado, abarcando tanto os sítios arqueológicos quanto os acervos de cultura material (Pereira, 2014). Entretanto, a efetividade dessas medidas de salvaguarda é frequentemente questionada, especialmente no que diz respeito à destinação dada a esses locais e acervos após as pesquisas, levantamentos e escavações. Enquanto uma parcela mínima recebe adequada patrimonialização, conservação e preservação, a maioria enfrenta o destino de esquecimento e abandono (Corteletti, 2010).

Ao longo das últimas décadas, diversos dispositivos legais foram implementados visando à proteção do patrimônio arqueológico (Pereira, 2014). Nesse contexto, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme definidos pela UNESCO (2017), desempenham um papel crucial. A meta 11.4, relacionada a Cidades Inclusivas, destaca a importância da proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural, sublinhando que, quando gerido de maneira responsável, esse patrimônio continua a atrair investimentos no turismo de forma sustentável, envolvendo as comunidades locais (ONU, 2015).

Esse pensamento se alinha com o movimento descrito por Zhouiri e Oliveira (2010) como uma luta pela apropriação do meio ambiente, em oposição à apropriação global pelo capital. O Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande (NPA) teve suas primeiras ações ainda na década de 1980, quando sua história de luta pela preservação se entrelaçou com sua atuação pioneira: a criação do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, em Andrelândia (NPA, 2022). O Núcleo foi estabelecido no início dessa década, com o objetivo de interromper as ações antrópicas prejudiciais a um conjunto de pinturas rupestres pré-históricas localizadas na serra que dá nome ao parque.

Essas ações antrópicas incluíam práticas como escrita sobre as pinturas, acendimento de fogueiras, destruição da laje de pedra e desmatamento do entorno do sítio, expondo as pinturas aos danos causados pelos raios solares. Em 1986, o grupo formalizou sua atuação fundando o NPA. Esta ONG, a primeira de seu tipo no Brasil, foi reconhecida como entidade de utilidade pública municipal pela Lei 941, de 22 de novembro de 1994, e de utilidade pública estadual pela Lei 11.921, de 22 de setembro de 1995. Ainda na década de 1980, o primeiro estudo preliminar sobre o sítio arqueológico da Toca do Índio foi publicado.

Outra importante iniciativa do NPA ocorreu em 1994, quando foi lançada uma campanha para adquirir o imóvel rural onde está localizada a Toca do Índio. Mais de 10% da



população de Andrelândia, ou aproximadamente 1.500 colaboradores em uma população de 14.000 habitantes, participaram diretamente das atividades. A mobilização incluiu eventos musicais, gincanas e campanhas de arrecadação de fundos, como o Festival Acordes da Serra. O resultado foi a aquisição de uma área de 12 hectares adjacente à Serra de Santo Antônio.

A partir de 1994, o Parque começou a ser estabelecido, com iniciativas de recuperação ambiental, incluindo reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica e instalação de cercas delimitadoras. Logo em seguida, foi construída a sede do parque, composta por recepção e guarita de segurança.

Após 17 anos da visita inicial, em 24 de outubro de 2001, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) reconheceu a área do Parque como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) por meio da Portaria nº 161 (IBAMA, 2022). Em 2003, o NPA recebeu o prestigioso Prêmio "Rodrigo de Melo Franco de Andrade", concedido pelo IPHAN, em reconhecimento à sua dedicação de quase duas décadas em prol da preservação do patrimônio.

Competindo com outras 125 iniciativas desenvolvidas no Brasil, o NPA foi o vencedor na categoria Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico, em uma seleção realizada por uma comissão composta por representantes de diversas instituições. Mais recentemente, o NPA tem se dedicado à pesquisa, localização e cadastramento de novos sítios arqueológicos, além de promover o turismo cultural na região.

Localizado nas majestosas montanhas da Serra do Santo Antônio, no sul de Minas Gerais, o Parque Arqueológico da Serra do Santo Antônio é um verdadeiro tesouro histórico e cultural. Com suas coordenadas geográficas definidas em 21°, 47' 25'' S e 44°, 19', 34'' W, este parque é um ponto de referência no patrimônio histórico, arqueológico, etnográfico e paisagístico do Brasil, sendo classificado como um Bem Imóvel desde 2002.

Gerido pelo Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande (NPA), o parque é famoso por suas fascinantes pinturas rupestres, que remontam à Tradição São Francisco. Pereira (2013) destaca a migração das populações ao longo dos rios, indicando uma jornada até as terras onde hoje repousa Andrelândia. Além das pinturas, uma riqueza de artefatos líticos, cuidadosamente catalogados pelo NPA, testemunha a presença ancestral nessas terras.

Não apenas um testemunho da Tradição São Francisco, Andrelândia também revela vestígios da Tradição Ceramista Tupiguarani. Aqui, é possível encontrar uma variedade de artefatos, desde utensílios domésticos e pessoais até cerâmicas ricamente decoradas em tons de vermelho e branco, proporcionando uma janela fascinante para o passado.



Com trilhas bem definidas, sinalização clara e dispositivos de visitação, o Parque Arqueológico da Serra do Santo Antônio convida a todos para uma jornada de descoberta e aprendizado, onde a história ganha vida e o passado se conectam com o presente.

Desse modo, o presente artigo lança luz sobre o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio e sua relevância ímpar para o município de Andrelândia, situado nas paragens meridionais de Minas Gerais, Brasil. Através da investigação das potencialidades de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e de um bem patrimonial imóvel, almeja-se, não apenas expandir os horizontes do conhecimento, mas também impulsionar o turismo cultural e reforçar a salvaguarda do precioso patrimônio que nos foi legado.

O propósito aqui delineado é o de evidenciar a intrínseca relação entre teoria e prática, ao inserir os temas da conservação e sustentabilidade como instrumentos para ampliar a compreensão acerca das heranças e valores ligados ao patrimônio natural e material, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, emerge uma indagação de cunho geral: qual é a dinâmica estabelecida entre as populações locais e os sítios arqueológicos presentes em seus territórios?

Ademais, busca-se questionar por que e como, em determinadas localidades, a arqueologia e suas descobertas se convertem em vias viáveis para o desenvolvimento de uma multiplicidade de atividades, seja no contexto do turismo cultural ou na consolidação da preservação e conservação ambiental. Ao refletir sobre os mecanismos de fomento ao desenvolvimento local, indaga-se até que ponto a gestão assume a responsabilidade de criar estratégias que transformem o patrimônio ambiental e cultural em um guia orientador do desenvolvimento sustentável.

A presente análise almeja, portanto, elucidar tais questionamentos, sublinhando a importância da gestão integrada e participativa na promoção de uma relação simbiótica entre a comunidade e seu patrimônio arqueológico. O intuito é direcionar Andrelândia e regiões correlatas em direção a um futuro mais consciente e sustentável.

REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista que o desenvolvimento sustentável, delineado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está fundamentado nos pilares do crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social, com o propósito primordial de atender às exigências atuais e garantir que as gerações vindouras também possam satisfazer suas necessidades, torna-se imprescindível a participação cidadã. Esta participação proporciona às



comunidades a compreensão e a capacidade de intervir em questões socioambientais (Alves *et al.*, 2021).

Na combinação proposta entre Educação Patrimonial (EP) e Educação Ambiental (EA), a fundamentação estará apoiada, entre outros, no pensamento e na pedagogia Freireana, na complexidade de Morin e no pensamento socioambiental de Leff. Esta fundamentação se alinhará com a interdisciplinaridade já intrínseca a ações dessa natureza, bem como com a educação desenvolvida em espaços não formais.

Volkmer (2005) afirma que a preservação resulta do fato de os indivíduos serem portadores de memórias e valores, de pertencimento ao seu meio, favorecendo o exercício da cidadania. Esse exercício, almejado pelo ensino, é potencializado pela presente metodologia.

O número crescente de pesquisadores, pensadores e filósofos que destacam a condição de interdependência e interseção como característica principal dos problemas sociais e ambientais contrapõe-se aos riscos da simplificação, ocasionada principalmente pela excessiva compartimentação disciplinar. Essa visão multidimensional permite uma compreensão mais abrangente e integrada dos problemas socioambientais, promovendo soluções mais eficazes e sustentáveis. Nessa linha de pensamento, Vieira afirma que: “{...} o desafio crucial reside, antes, numa ruptura drástica com todas as representações da questão ambiental herdeiras do reducionismo economicista e da tecnociência burocratizada.” (Vieira, 2001, p. 9).

A problemática ambiental é extremamente complexa, não podendo ser reduzida simplesmente à destruição da natureza. Este pensamento é desenvolvido e compartilhado por pesquisadores como Morin e Leff, que apontam a característica interdependente dos problemas sociais e ambientais, aqui denominados "socioambientais".

A complexidade inerente aos problemas socioambientais exige abordagens que integrem diversas áreas do conhecimento, permitindo uma compreensão holística e soluções mais eficazes. Morin destaca a importância de pensar de maneira complexa, reconhecendo as múltiplas interações e retroalimentações entre os componentes dos sistemas naturais e sociais. Da mesma forma, Leff enfatiza a necessidade de incorporar saberes ecológicos, culturais, econômicos e políticos na análise e resolução desses problemas.

Conforme asseverado por Vieira (2001), o grande desafio contemporâneo reside na apreensão da intrincada dinâmica dos sistemas socioambientais e em sua inter-relação com a biosfera. Assim, propõe-se uma compreensão da problemática ambiental através da integração dos processos sociais e ecológicos, sob um olhar holístico que amalgama a esfera humana e a natural, superando as dicotomias mediante uma abordagem complexa e sistêmica. Desta



maneira, promove-se a análise das relações entre o cultural/sociedade e o natural/natureza (Philippi Jr. *et al.*, 2013).

Apesar das teorias e concepções estritamente cartesianas, positivistas, iluministas e pragmáticas terem ao longo do tempo fornecido elaborados modelos acerca da articulação e inter-relação entre natureza e sociedade, estas sempre legaram uma segregação entre tais esferas. Morin (2010) ressalta que os sistemas, tanto naturais quanto sociais, são marcados por processos não-lineares e por equilíbrios múltiplos, o que fundamenta a necessidade de uma abordagem interdisciplinar.

Neste cenário, a problemática ambiental requer que o espectro disciplinar, tanto das ciências naturais e tecnológicas quanto das sociais e humanas, incorpore um entendimento ambiental. Tal incorporação visa à construção de um saber que apreenda a natureza multifacetada e as relações de interdependência dos processos naturais e sociais, que são determinantes nas mudanças e transformações socioambientais (Leff, 2001). Segundo este autor, a internalização desse saber propicia uma forma de pensar complexa, uma metodologia interdisciplinar e uma epistemologia que embasa a transformação do conhecimento, tendo como ponto de partida a questão ambiental.

Assim, restabelece-se a conexão entre o social e o natural, a qual, ao longo do tempo, foi atenuada pelas pesquisas compartimentalizadas. Tais estudos, mesmo em tempos recentes, têm se restringido à internalização de diretrizes ecológicas e tecnológicas nas teorias e políticas econômicas, marginalizando a análise dos conflitos em termos sociais e o terreno estratégico do político que permeiam o campo ambiental (Leff, 2001).

Ao elegermos o meio ambiente como objeto de investigação, torna-se patente a necessidade de rompimento com o modelo disciplinar em prol de uma abordagem mais integradora, contrapondo-se à racionalidade científica. Para Leff (2001), o "saber ambiental" está em processo de construção, dependente de contextos diversos como o ecológico, o sociocultural e o econômico, distante, portanto, de constituir um conhecimento acabado e homogêneo, perpetuamente sujeito a transformações. Assim, no âmbito das ciências ambientais, torna-se imprescindível a adoção da prática interdisciplinar.

Neste contexto, emerge como uma síntese de temas preexistentes, que já receberam abordagens abrangentes por disciplinas ou conteúdos especializados, como as ciências naturais, a história e a geografia. O que se destaca, no entanto, é o enfoque totalizante e sistêmico, que integra tais disciplinas já existentes por meio da integração da Educação Patrimonial (EP) com a Educação Ambiental (EA).



Eventualmente, os docentes e pesquisadores que se engajam em abordagens interdisciplinares nas ciências ambientais podem demandar um tempo considerável na preparação da pesquisa, visando à obtenção de respostas e resultados. Essa condição, inerente ao pioneirismo dessa abordagem emergente, está associada à necessidade de amplas discussões, diálogos robustos e à formulação de uma linguagem unificada, elaborada a partir da contribuição de diversos participantes da ação, quando aplicável (Philippi Jr. *et al.*, 2013).

Conforme observado por Morin *et al.* (2003) e Morin (2010), o "paradigma da simplicidade" promove a fragmentação dos campos do conhecimento, resultando em uma hiperespecialização, por vezes excessiva. Atualmente, torna-se evidente que essa especialização nem sempre responde adequadamente aos desafios da vida moderna, especialmente no que diz respeito a temas complexos, como os ambientais e/ou patrimoniais. Diante desse cenário, não é por acaso que a interdisciplinaridade é considerada fundamental como uma ferramenta ativa para impulsionar processos de inovação, ao reunir diferentes perspectivas e revelar aspectos mais detalhados das temáticas em estudo (Philippi Jr. *et al.*, 2013).

Sob essa ótica, o desenvolvimento de pesquisas que adotam uma abordagem interdisciplinar na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, localizado no município de Andrelândia, no Sul de Minas Gerais, Brasil, contribui tanto para a melhoria das condições ambientais e de vida da comunidade local quanto para a consolidação da área de Ciências Ambientais como um catalisador do ensino, pesquisa e extensão voltados aos interesses de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

LEFF E O PENSAMENTO SOCIOAMBIENTAL

A partir da década de 1970, emergiram as problemáticas e questões socioambientais, revelando sua complexidade e interdisciplinaridade, configurando-se como desafios contemporâneos. Esses problemas evidenciaram a crise civilizacional, caracterizada pela fragmentação do conhecimento e pela degradação ambiental. A centralização do pensamento e a primazia do livre mercado e da razão tecnológica agravaram essa crise (Leff, 2011).

Essa condição desencadeou a crise ambiental e do saber ao negar a realidade e o saber desconhecido na era moderna. Surgiu então a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que integrasse o conhecimento para compreender a complexidade da realidade (Leff, 2011).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, marcou o início de uma luta pelo meio ambiente. Reconheceu-se que a solução para as questões



ambientais exigia uma transformação na organização do conhecimento. Propôs-se uma Educação Ambiental (EA) fundamentada na visão holística e na metodologia interdisciplinar.

Esse desafio foi enfrentado por pesquisadores e educadores comprometidos com uma EA crítica, rompendo com a compartimentalização da educação. A integração das ciências da natureza e da sociedade, da economia, tecnologia e cultura tornou-se essencial para abordar a questão socioambiental (UNESCO, 1986).

A reflexão sobre os problemas ambientais levou ao desenvolvimento de um saber ambiental emergente, visando uma gestão racional do ambiente. A interdisciplinaridade permitiu uma compreensão ampla da complexidade ambiental, promovendo a construção da racionalidade ambiental por meio do diálogo entre diferentes saberes (Leff, 1986, 2000).

A interdisciplinaridade transcendeu a pesquisa e o ensino tradicionais, envolvendo instituições e atores sociais diversos. Essa abordagem colaborativa, conhecida como "diálogo de saberes" segundo Leff (2011), busca integrar diversas visões, habilidades e conhecimentos, evitando a superespecialização e a compartimentalização do conhecimento.

A COMPLEXIDADE DE EDGAR MORIN

A corrente de pensamento da complexidade é essencial para fundamentar abordagens interdisciplinares em Educação Ambiental (EA), segundo Saheb e Rodrigues (2017). Leff (1999) destaca a importância da racionalidade ambiental na EA, que se baseia na complexidade. A complexidade, conforme Morin, propõe o diálogo entre partes e todo, buscando transcender divisões entre áreas do conhecimento. A EA, sob essa ótica, enfatiza a valorização do outro e a humildade, além de reconhecer múltiplas realidades (Morin *apud* Petraglia, 2010; Santos-Pinto; Guimarães, 2017).

O pensamento de Morin influencia pesquisas e práticas em EA, orientando desde movimentos sociais até programas educacionais. Enfrentando desafios epistemológicos da problemática socioambiental, o pensamento de Morin destaca a necessidade de transformação dos padrões vigentes, promovendo uma visão crítica e uma nova concepção de homem, sociedade e natureza (Piva, 2005).

A EA sob a perspectiva da complexidade é crucial na formação de educadores ambientais, integrando conhecimentos das ciências naturais e sociais sem fragmentá-los (Saheb; Rodrigues, 2017). Morin (2006) enfatiza a importância do aprofundamento e da visão complementar na construção do conhecimento, reconhecendo os limites da razão frente à complexidade do mundo.



Na EA, a complexidade de Morin valoriza o sujeito, a ação humana e o contexto histórico, buscando tornar a abordagem mais do que uma ideal, mas sim uma prática que considere a realidade socioambiental. Assim, esta pesquisa está alinhada ao pensamento de Morin, ao focar o sentimento de pertencimento da população ao patrimônio cultural e ambiental, reconhecendo a importância do contexto histórico na metodologia proposta.

ENTRELAÇANDO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A argumentação de Hugues de Varine-Bohan¹ sobre o patrimônio cultural destaca a ligação entre cultura e ambiente. Ele aborda o patrimônio através de três aspectos principais: o conhecimento, que inclui crenças e práticas para sobreviver no ambiente; os bens culturais, como artefatos derivados da interação humana com o ambiente; e o meio ambiente, que engloba os elementos naturais.

O autor destaca que a cultura é a natureza transformada pelo trabalho humano, o que conecta as ideias de bens naturais e culturais através da relação natureza/cultura (Pellegrini, 2006). Essa abordagem une práticas educacionais da Educação Patrimonial (EP) e da Educação Ambiental (EA).

Os sítios arqueológicos são um exemplo importante desse entrelaçamento entre o cultural e o ambiental. Eles representam a transformação da natureza em resposta às necessidades humanas ao longo do tempo. Esses sítios não são apenas locais históricos, mas também fundamentais para compreender como a interação entre sociedade e natureza molda a cultura. As relações sociais são evidentes nos registros encontrados nesses sítios, mostrando como o patrimônio ambiental é a base da construção cultural.

A Educação Patrimonial (EP) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da cidadania, utilizando o patrimônio cultural como uma fonte valiosa de conhecimento. Essa abordagem fortalece aspectos como democracia, identidade, cidadania e sustentabilidade (Alves *et al.*, 2021). Integrar a EP com a Educação Ambiental (EA) reforça o compromisso com a conscientização e busca por soluções para questões socioambientais.

¹ Hugues M. de Varine-Bohan, mais conhecido como Hugues de Varine, é um arqueólogo, historiador e museólogo francês. É o criador do termo “ecomuseu”, ideia que surgiu a partir do esforço em gerar um novo termo para abarcar as formas experimentais de museus que seriam teorizadas no pensamento acerca da Nova Museologia, desenvolvida, nos anos 80, sob sua influência.



A compreensão do patrimônio ambiental e cultural requer diálogo com as ações humanas que o moldaram e um senso de pertencimento (Pellegrini, 2006). Essa pesquisa explora por que ainda há falta de conscientização sobre o valor do patrimônio local e regional.

Devido à extensa diversidade do patrimônio latino-americano, especialmente no Brasil, são necessárias ações específicas em diversos campos, como políticas públicas de preservação e planejamento turístico (Pellegrini, 2006). Essas ações podem promover modelos sustentáveis de desenvolvimento e cidadania.

O desafio da EP e dos defensores do patrimônio cultural é despertar a consciência e o apreço por esses bens, para evitar a perda de identidade e valores únicos na sociedade (Pellegrini, 2006). O trabalho da EP envolve o contato direto com diversas manifestações culturais, levando a uma maior valorização e apropriação do patrimônio, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados (Alves *et al.*, 2021).

Os bens e patrimônios culturais e naturais são fundamentais para a construção do conhecimento de forma coletiva, o que os torna interdisciplinares e essenciais no processo educativo (Florêncio, 2019). Vincular políticas públicas relacionadas ao patrimônio, cultura, turismo, meio ambiente, educação e outras áreas enriquece o processo pedagógico através do intercâmbio de ferramentas educacionais (Florêncio, 2019).

Porém, segundo Nunes (2020), preservar e valorizar o patrimônio enfrenta desafios em um cenário político e social onde a memória e cultura não recebem a devida prioridade. A valorização do patrimônio cultural e natural brasileiro vai além do reconhecimento e inclui seu uso como atrativo turístico, conforme o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (Brasil, 2022).

Para Grunberg *et al.* (2014), a Educação Patrimonial (EP) é uma meta em programas de revitalização do patrimônio cultural, podendo contribuir para o desenvolvimento sustentável quando combinada com o turismo. De acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN (Horta *et al.*, 1999), a EP abrange uma variedade de evidências materiais e culturais, desde objetos e monumentos até paisagens naturais e tecnologias populares, proporcionando uma ampla gama de oportunidades educacionais.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio pelas comunidades são fundamentais para a preservação sustentável desses bens e são premissas essenciais no trabalho educativo, fortalecendo os sentimentos de identidade e cidadania (Horta *et al.*, 1999). A Educação Patrimonial (EP) não é apenas uma metodologia, mas uma ação que pode e deve utilizar diversas abordagens e metodologias, ampliando o processo de construção coletiva e planejamento das ações (Florêncio, 2019).



Iniciativas educativas em torno do patrimônio cultural e natural são essenciais para mobilizar as comunidades e valorizar a diversidade cultural, fortalecer a identidade local/regional e promover a afirmação dos sujeitos em suas diversas formas de expressão (Florêncio, 2019). Essa educação não deve ser apenas uma transmissão de informações, mas sim um processo de reflexão e diálogo, conforme preconizado por Paulo Freire.

A EP, ao longo do tempo, tem passado por um processo de (re) significação, deixando de ser apenas informativa e se tornando mais participativa e contínua (Tolentino, 2019). A Portaria IPHAN nº 137/2016 representa um marco na EP, estabelecendo diretrizes para sua consolidação e colaboração na valorização e preservação do patrimônio cultural.

É importante conduzir a EP considerando a pesquisa, registro e exploração dos potenciais dos bens culturais e naturais, enfatizando a reflexão cidadã e o papel de cada indivíduo e do governo na preservação patrimonial (Pellegrini, 2006; Freire, 1987, 1996). Além disso, a ação de diversos atores, incluindo instituições e ONGs, é crucial na defesa e preservação do patrimônio ambiental e cultural (Corteletti, 2010).

As iniciativas de EP desenvolvidas pelo NPA no Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio e na região de Andrelândia, Sul de Minas Gerais, são exemplos que demonstram a possibilidade de compatibilizar o desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente e do patrimônio.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA FREIREANA: UMA ABORDAGEM PARA PRESERVAR O PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Ao seguir uma trajetória de pensamento embasada em referências teóricas, ele mergulha nas profundezas da interdisciplinaridade das ciências ambientais, ancoradas nas contribuições visionárias de Leff e Morin. Agora, ele avança rumo ao epicentro da intersecção entre Educação Patrimonial (EP) e Educação Ambiental (EA), ou simplesmente EPA, onde busca a luz inspiradora de Paulo Freire.

Imagine um cenário onde a interdisciplinaridade é a argamassa que une EP e EA, sustentadas pelos pilares do pensamento ambiental de Leff e pela complexidade de Morin. Nesse cenário, a pedagogia Freireana emerge como a cola que une esses elementos, resgatando a essência da dialogicidade em busca de uma EPA crítica, capaz de enfrentar desafios socioambientais com coragem e determinação.

Nesse cenário, ele explora as duas faces da Educação Ambiental conforme destacado por Loureiro (2005) e Loureiro e Lima (2012): a conservadora, que enxerga o homem como



mero agente de degradação, e a transformadora, que coloca o homem como agente central da mudança. Freire, embora não tenha abordado diretamente a EP ou EA, vislumbrava uma educação que respeitasse a cultura dos educandos e os engajassem de forma participativa e dialógica.

É essa EA transformadora e emancipatória que converge com a visão libertadora de Freire, conforme destacado por Agapito-Souza (2020), promovendo mudanças desde o âmbito local até o global, ao amalgamar saberes interdisciplinares e fomentar o diálogo entre educadores e educandos.

Por meio da pedagogia de Freire, os educandos não apenas absorvem conhecimento, mas o constroem em conjunto, numa leitura crítica do mundo ao seu redor. Essa abordagem também permeia a EP, desafiando a noção tradicional de "alfabetização cultural" e promovendo um diálogo reflexivo e crítico sobre o patrimônio cultural.

Essa perspectiva dialógica e reflexiva da EP, embasada na pedagogia de Freire, é essencial para a construção democrática do conhecimento e a transformação da realidade, conforme destacado por Tolentino (2019). Com uma abordagem contínua e permanente, a EA transformadora, por sua vez, amplia o entendimento sobre questões socioambientais, adaptando-se conforme tempo e espaço (Dickmann; Carneiro, 2012).

A pedagogia de Freire desafia a dicotomia entre teoria e prática, instigando-o a interferir na realidade por meio do conhecimento. Seu método propõe uma educação problematizadora, baseada no diálogo e na superação das hierarquias entre educadores e educandos (Freire, 1987).

Portanto, ao entrelaçar a pedagogia Freireana com a Educação Patrimonial e Ambiental, ele aspira não apenas à transferência de conhecimento, mas sim à construção de saberes capazes de gerar uma onda transformadora que ecoe desde os recantos mais remotos até os centros urbanos, promovendo uma visão mais ampla e consciente do patrimônio cultural e ambiental que o cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos atuais, o patrimônio não é mais visto como algo constituído apenas de matéria, como pedra e cal, sendo entendido como uma categoria do pensamento que contribui para entender a vida cultural e social. Nesse sentido, a Educação Patrimonial (EP) permite um diálogo e uma interação sobre esse patrimônio, configurando-se como uma rica fonte para ampliar e democratizar a educação (Duarte; Garcia, 2021). Para Freire (1980), a pedagogia da liberdade busca preparar o sujeito para a democracia, desenvolvendo e fortalecendo o



sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio, um dos objetivos principais deste trabalho de pesquisa.

Alinhada à ideia de que o patrimônio não se resume a “pedra e cal”, a Educação Ambiental (EA) contribuirá para a discussão sobre a preservação e usufruto de bens situados entre o cultural e o ambiental, como a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e o sítio arqueológico, objetos de estudo desta pesquisa. Superando a prática reducionista, busca-se uma mudança de pensamento, atitudes e paradigmas, por meio de uma reflexão ampla sobre os valores culturais da sociedade de consumo, da sociedade industrial, do sistema capitalista e dos aspectos políticos e econômicos (Pitano; Noal, 2009).

À luz das pesquisas realizadas, o referencial teórico que fundamenta este estudo tem como um de seus pilares a pedagogia crítica, dialógica e conscientizadora proposta por Paulo Freire. Com tal inserção e embasamento, alinhados a outros autores, almeja-se que a aplicação da metodologia culmine em uma ação de caráter transformador. Este caráter transformador fundamenta-se no princípio de que o conhecimento não é uma dádiva do educador ao educando, mas sim o resultado de um processo gerado pelo contato do educando com o mundo vivido, em constante transformação (Freire, 1987). Desta forma, este trabalho visa não apenas discutir, mas efetivamente promover uma mudança significativa na compreensão e valorização do patrimônio cultural e ambiental.

A título conclusivo, aponta-se que parques como o de Andrelândia podem constituir espaços valiosos para a inter-relação de estudos sobre a aprendizagem em ambientes não escolares, a partir de diferentes perspectivas epistemológicas. O processo de obtenção de resultados pode manifestar-se em longo prazo, possivelmente atravessando gerações. Esse processo, além de promover o conhecimento e o uso de novas ferramentas, viabiliza a ampliação e a adequação de ações educacionais em espaços públicos, reforçando o indispensável debate sobre saberes interdisciplinares. Tal debate é fundamental para a construção de cidades mais saudáveis e de comunidades mais comprometidas com a proteção de suas memórias e patrimônios.

REFERÊNCIAS

AGAPITO-SOUZA, R. **Implantando a coleta seletiva no município de São Vicente de Minas - MG**: Associação de Catadores, participação popular e educação ambiental. 2020. 115p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.



ALVES, M. B.; BOTTO, I.; VIEIRA, P. R. Turismo, Educação Patrimonial e Extensão Universitária: Reflexões a partir do Programa de Extensão “O Turismo no Museu” da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 18, n.3, p. 91-115, 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo>. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Acesso em: 05 set. 2022.

CORTELETTI, R. Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul. **Revista de Arqueologia**, Maringá (PR), v. 23, n. 2, p.156-159, 2010.

DICKMANN, I.; CARNEIRO, S. M. M. Paulo Freire e educação ambiental: contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia. **R. Educ. Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 87-102, jan./abr. 2012.

DUARTE, A. P. M. P.; GARCIA, J. LB L. Educação patrimonial e a pedagogia freiriana: uma discussão sobre o programa de educação patrimonial da LT 138 kv Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas (SP), v. 17, n. 2, p.120-139, dez. 2021, ISSN 2237-8294.

FLORENCIO, S. R. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27, esp., p. 55-89, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159666>. Acesso em: 30 out. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GRUNBERG, E.; RAMOS, S. P.; SILVA, A. C. P. Sobre educação patrimonial, turismo e preservação dos bens culturais. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 4, n. 1, p. 125-129, 2014.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBAMA. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=106967>. Brasília, 2022. Acesso em: 06 abr. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 02 nov. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 137**, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=29/04/2016&pagina=6>. Acesso em: 30 out. 2022.



LEFF, E. (Coord.). **Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo**. México: Siglo XXI, 1986.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v.14, n. 2, p. 309-335, 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em: 28 ago. 2022.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. Pensar la complejidad ambiental. In: LEFF, E. (Coord.). **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e Dialética: Contribuições à Práxis Política e Emancipatória em Educação Ambiental. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1473-1494, 2005.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. de. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 289-303, 2012.

MACHADO, N.T. G.; LOPES, S. N.; SCHNEIDER, P.; SCHNEIDER, L. F.; PEREIRA, L. I. Educação Patrimonial e ações educativas do Projeto “Arqueólogo por um dia: história e natureza”. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 32, n. 51, p. 70-81, dez. 2019.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução do francês Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORIN, E.; CIURANA, E-R.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

NPA. Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande. 2022. Disponível em: <http://www.npa.org.br/index.php>. Acesso em: 31 mar. 2022.

NUNES, F. B. **Educação patrimonial: experiência aplicada para o município de Santiago – RS**. 2020. 121p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/>. Acesso em 27 dez. 2024.



PACHECO, I. A.; VARGAS, I. A. de. Educação patrimonial: um recurso para alfabetização cultural no Ensino Fundamental. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 3, n. 1, p.92-106, abr. 2009.

PEREIRA, M. M. Ações do terceiro setor na defesa do patrimônio arqueológico e cultural no Sul de Minas Gerais: o exemplo no Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande, Brasil. **O Ideário Patrimonial: Metafísica do Belo e Triade Cultural**, Instituto Politécnico de Tomar, Portugal, n. 2, p. 270-277, jul. 2014.

PEREIRA, M. M. Notas sobre um sítio arqueológico deslocado: as pinturas rupestres São-Franciscanas de Andrelândia, sul de Minas Gerais. **Revista Tarairiú**, Campina Grande, ano IV, v. 1, n. 6, p. 26-39, jun. 2013.

PETRAGLIA, I. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PHILIPPI JR., A.; SOBRAL, M. do C.; FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e ciências ambientais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG**, Brasília, v. 10, n. 21, p. 509 - 533, out. 2013.

PITANO, S. de C., NOAL, R. E. Horizontes de diálogo em educação ambiental: contribuições de Milton Santos, Jean-Jacques Rousseau e Paulo Freire. **Educ. rev. [online]**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 3, p. 283-298, 2009.

PIVA, A. **A apropriação do pensamento de Edgar Morin na pesquisa em educação ambiental no Brasil**. 2005. 107p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SAHEB, D.; RODRIGUES, D. G. A contribuição da complexidade de Morin para as pesquisas em educação ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, Edição especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, p. 191-207, set. 2017. E-ISSN 1517-1256.

SANTOS-PINTO, V., P. dos; GUIMARÃES, M. A educação ambiental no contexto escolar: temas ambientais locais como temas geradores diante das questões socioambientais controversas. **Revista de Geografia – PPGeo – UFJF**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 149-162, jul./dez. 2017.

TOLENTINO, A. B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC, [S. l.]**, v. 14, n. 27 esp., p. 133-148, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/158560>. Acesso em: 30 out. 2022.

UNESCO. 2017. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods>. Acesso em: 23 jan. 2021.

UNESCO. **Universities and environmental education**. Paris, 1986.

VIEIRA, P. H. F. A. Apresentação. In: LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 09-15.



VOLKMER, M. S. O lúdico e o patrimônio: uma proposta pedagógica. *In*: MILDNER, S. E. S. (Org.). **Educação Patrimonial: perspectivas**. Santa Maria: UFSM-LEPA, 2005.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processo de territorialização. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

Recebido em: 13 de julho de 2024
Aceito em: 19 de setembro de 2024